



# Relatório de Transparência Fiscal

1º Quadrimestre de 2017

Agosto / 2017



---

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA  
Maria Eduarda Gouvêa Berto

SUBSECRETÁRIO DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO  
Renato de Souza Bravo

SUBSECRETÁRIO DE GESTÃO  
Rodrigo Fernandes Barbosa

SUBSECRETÁRIO DO ORÇAMENTO MUNICIPAL  
Andrea Ferreira de Araújo

SUBSECRETÁRIO DO TESOIRO MUNICIPAL  
Márcia Cristina de Lima Aldy

ASSESSORA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS EXTERNOS  
Eliane Almeida de Vilhena Totti

ASSESSORA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL  
Mariana Monteiro

ASSESSOR ECONÔMICO  
José Marcelo Souza Boavista

EQUIPE RELATÓRIO DE TRANSPARÊNCIA FISCAL  
Ana Cláudia Tavares Mendes  
Andre Azevedo de Albuquerque  
André Teixeira Coelho Gomes  
Claudia Rebordoes Carauta Pombal  
Denise Mendes da Silva  
Eduardo da Cunha Vianna  
Henrique Baptista Marques Junior  
Joao Marcos Maia Vidal  
Lucia Cristina Correa Neves  
Manuel Abraham Nápoles Tibeau  
Maria Elisa Werneck Martins  
Waldo de Andrade

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

**Secretaria Municipal de Fazenda do Rio de Janeiro**  
Rua Afonso Cavalcanti, nº 455, Anexo - Centro Administrativo São Sebastião, Cidade Nova  
Rio de Janeiro, RJ, CEP 20.211-900  
<http://www.rio.rj.gov.br/web/smf>

---



## ABREVIACÕES, SIGLAS e ACRÔNIMOS

BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CDURP	Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro
CGM	Controladoria Geral do Município
COMLURB	Empresa Municipal de Limpeza Urbana
COSIP	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública
EDI	Espaço de Desenvolvimento Infantil
FASS	Fundo de Assistência à Saúde do Servidor
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FINCON	Sistema de Contabilidade e Execução Orçamentária
FPE	Fundo de Participação dos Estados
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
FUNDEB	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNPREVI	Fundo Especial de Previdência do Município do Rio de Janeiro
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação
IPI-Exp	Imposto sobre Produtos Industrializados
IPM	Índice de Participação do Município
IPTU	Imposto Sobre a Propriedade Territorial Urbana
IPVA	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores
IRRF	Imposto de Renda Retido na Fonte
ISS	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza
ITBI	Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis
ITCMD	Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação
ITR	Imposto sobre a Propriedade Territorial
LC	Lei Complementar
LFT	Letra Financeira do Tesouro
LOA	Lei do Orçamento Anual
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
LTN	Letra do Tesouro Nacional
MCidades	Ministério das Cidades
MP	Medida Provisória
MRJ	Município do Rio de Janeiro
NTN-C	Nota do Tesouro Nacional - Série C
OGU	Orçamento Geral da União
PAC	Plano de Aceleração do Crescimento
PCRJ	Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro
PMAT	Programa de Modernização da Administração Tributária Municipal
PNAFM	Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros
PPI Carioca	Programa de Pagamento Incentivado de débitos tributários, inscritos ou não em dívida ativa
Previ-Rio	Instituto de Previdência e Assistência do Município do Rio de Janeiro
Pró-Moradia	Programa do Governo Federal de acesso à moradia
Pró-Transporte	Programa do Governo Federal para financiamento ao setor público e ao setor privado, a implantação de sistemas de infraestrutura do transporte coletivo urbano e à mobilidade urbana



RCL	Receita Corrente Líquida
RLR	Receita Líquida Real
Salário Educação	Contribuição Social destinada ao financiamento de programas, projetos e ações voltados para o financiamento da educação básica pública
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e Custódia
SIG	Sistema de Informações Gerenciais
SMF	Secretaria Municipal de Fazenda
SUS	Sistema Único de Saúde
TCDL	Taxa de Coleta de Lixo
TransCarioca	BRT da Barra ao Galeão
UPA	Unidade de Pronto Atendimento
UPP	Unidade de Polícia Pacificadora

---



## ÍNDICE ANALÍTICO

I) INTRODUÇÃO.....	3
II) RESULTADO FISCAL.....	3
II.1) RESULTADO ORÇAMENTÁRIO.....	3
II.2) RESULTADO PRIMÁRIO.....	5
II.3) RESULTADO NOMINAL.....	5
III) RECEITA MUNICIPAL.....	6
III.1) RECEITAS CORRENTES.....	7
III.1.1) RECEITA TRIBUTÁRIA.....	8
III.1.1.1) IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS - ISS.....	8
III.1.1.2) IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO - IPTU.....	8
III.1.1.3) IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE BENS IMÓVEIS - ITBI.....	9
III.1.1.4) IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE.....	9
III.1.2) TRANSFERÊNCIAS CORRENTES.....	9
III.1.3) DEMAIS RECEITAS CORRENTES.....	12
III.1.3.1) RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES.....	12
III.1.3.2) RECEITA PATRIMONIAL.....	12
III.1.3.3) RECEITA INDUSTRIAL E DE SERVIÇOS.....	12
III.1.3.4) OUTRAS RECEITAS CORRENTES.....	13
III.2) RECEITAS DE CAPITAL.....	13
III.2.1) OPERAÇÕES DE CRÉDITO.....	14
III.2.2) ALIENAÇÃO DE BENS.....	14
III.2.3) AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS.....	14
III.2.4) TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL.....	14
IV) DESPESA MUNICIPAL.....	14
IV.1) DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA.....	14
IV.2) DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO.....	15
V) CAPTAÇÃO DE RECURSOS.....	17
V.1) RECURSOS EXTERNOS - OPERAÇÕES DE CRÉDITO E REPASSE.....	17
VI) ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DE CAIXA E DÍVIDA.....	17
VI.1) APLICAÇÃO FINANCEIRA DO CAIXA.....	18
VI.2) DÍVIDA FINANCEIRA.....	18
VII) GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO.....	19
VIII) CONCLUSÃO.....	21



## APRESENTAÇÃO

O Relatório de Transparência Fiscal é uma publicação quadrimestral da Secretaria de Fazenda do Município do Rio de Janeiro - SMF, onde são analisadas as receitas e as despesas da Prefeitura. No que se refere aos valores apresentados ao longo do relatório valem as observações abaixo:

- **Todos os valores apresentados - a menos de quando expressamente especificado - são nominais e acumulados até o período em questão.**
- **Todas as comparações de valores se referem ao mesmo período do ano anterior - a menos de quando expressamente especificado.**

Esta iniciativa da Prefeitura do Rio, por meio da SMF, tem por objetivo garantir transparência na gestão financeira dos recursos públicos, desde o seu ingresso nos cofres do Tesouro Municipal até a sua aplicação, com base no planejamento orçamentário, e considerando a legislação vigente e os limites definidos pela Lei de Responsabilidade na Gestão Fiscal - LRF (Lei Complementar Nº 101/2000).

Os dados utilizados foram extraídos majoritariamente do Sistema Fincon da Controladoria Geral do Município -CGM. Foram consideradas as receitas e despesas intraorçamentárias e todas as entidades da administração indireta (exceto a CDURP - Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro), inclusive o fundo de previdência dos servidores públicos, o FUNPREVI, de forma que os dados aqui apresentados estejam de acordo com os demonstrativos da LRF publicados pela CGM. Neste sentido, não são consolidados os números da CDURP uma vez que, embora seja controlada integralmente pelo Município, possui independência orçamentária dada sua natureza de empresa estatal não dependente, de acordo com a legislação vigente.

O relatório está dividido nas seguintes seções:

- i. Na primeira, é apresentado um balanço geral das contas públicas;
- ii. Na segunda, são apresentados os resultados orçamentário, primário e nominal;
- iii. Na terceira seção, são analisadas as receitas municipais por categorias econômicas;
- iv. Na quarta, são apresentados os números das despesas por categoria econômica, por função de governo e por área de resultado;
- v. Na quinta, é feita uma apresentação das fontes de financiamento e dos contratos de repasse;
- vi. As três últimas trazem considerações sobre as aplicações dos saldos de caixa do Município, a gestão da dívida pública e a gestão do patrimônio imobiliário da administração direta.

## I) INTRODUÇÃO

No primeiro quadrimestre de 2017 a Receita Total e a Despesa Total do Município reduziram-se 16,3% e 13,6% respectivamente. O comportamento da despesa reflete a necessidade de ajuste fiscal determinado pelo fraco desempenho das receitas, fruto de um ambiente recessivo que já persiste há cerca de 3 anos.

TABELA I - PERFIL DE DESPESAS - 1º Quadrimestre de 2017

Em R\$ Milhões

Discriminação	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 1º Quadrimestre						
	LOA 2017	Dotação Atual	% Dot. Atual	Empenhado	% Empenhado	Liquidado	% Liquidado
<b>Despesas Correntes</b>	<b>26.653,9</b>	<b>26.718,5</b>	<b>90,3%</b>	<b>13.048,2</b>	<b>92,8%</b>	<b>7.237,7</b>	<b>98,1%</b>
Pessoal e Encargos Sociais	16.624,1	16.627,5	56,2%	7.270,7	51,7%	4.653,5	63,1%
Juros e Encargos da Dívida	831,4	831,1	2,8%	792,2	5,6%	185,2	2,5%
Outras Correntes	9.198,5	9.259,9	31,3%	4.985,3	35,5%	2.399,0	32,5%
<b>Despesas de Capital</b>	<b>2.776,3</b>	<b>2.799,3</b>	<b>9,5%</b>	<b>1.012,4</b>	<b>7,2%</b>	<b>137,8</b>	<b>1,9%</b>
Investimentos	2.151,8	2.174,5	7,3%	471,8	3,4%	49,0	0,7%
Inversões	149,7	150,0	0,5%	77,2	0,5%	1,1	0,0%
Amortizações da Dívida	474,8	474,8	1,6%	463,4	3,3%	87,7	1,2%
Reserva de Contingência	75,1	75,1	0,3%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
	75,1	75,1	0,3%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
<b>DESPESA TOTAL</b>	<b>29.505,3</b>	<b>29.592,9</b>	<b>100,0%</b>	<b>14.060,6</b>	<b>100,0%</b>	<b>7.375,5</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Balanço Orçamentário (RREO - Anexo I)

## II) RESULTADO FISCAL

Esta seção apresenta o resultado fiscal, detalhado nos resultados orçamentário, primário e nominal.

### II.1) RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

O Resultado Orçamentário é apurado pela diferença entre a Receita Orçamentária Total arrecadada e a Despesa Orçamentária Total empenhada ou liquidada. Um Resultado Orçamentário Superavitário reflete uma Receita superior à Despesa (gerando, assim, acúmulo de caixa), ao passo que um Resultado Orçamentário Deficitário compreende a situação inversa, em que há o consumo do superávit de caixa acumulado em períodos anteriores.

No primeiro quadrimestre de 2017, o Resultado Orçamentário foi superavitário em R\$ 1,3 bilhão considerando os R\$ 8,7 bilhões de Receita Total arrecadada e os R\$ 7,4 bilhões de Despesa Total liquidada, conforme pode ser observado na Tabela II a seguir. Apesar deste resultado, o superávit no mesmo período de 2016 foi superior em R\$ 535,4 milhões.



TABELA II - RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

Em R\$ Milhões

DESCRIÇÃO	ANO		DESCRIÇÃO	ANO	
	2016	2017		2016	2017
<b>RECEITAS CORRENTES [I]</b>	<b>9.024,7</b>	<b>8.640,8</b>	<b>DESPESAS CORRENTES [IV]</b>	<b>7.317,1</b>	<b>7.237,7</b>
Receita Tributária	3.931,2	3.882,4	Pessoal e Encargos Sociais	4.309,5	4.653,5
Receita de Contribuições	1.082,3	1.165,9	Juros e Serviço da Dívida	161,6	185,2
Receita Patrimonial	350,1	218,3	Outras Despesas Correntes	2.846,1	2.399,0
Receita Industrial	2,9	1,2			
Receita de Serviços	92,9	83,4			
Transferências Correntes	2.775,6	2.738,1			
Outras Receitas Correntes	789,5	551,5			
<b>RESULTADO ORÇAMENTÁRIO CORRENTE [I]-[IV]</b>				<b>1.707,5</b>	<b>1.403,1</b>
<b>RECEITAS DE CAPITAL [II]</b>	<b>1.367,0</b>	<b>51,8</b>	<b>DESPESAS DE CAPITAL [V]</b>	<b>1.222,0</b>	<b>137,8</b>
Operações de Crédito	1.026,4	0,0	Investimentos	1.094,9	49,0
Alienação de Bens	1,6	11,5	Inversões Financeiras	55,5	1,1
Amortização de Empréstimos	28,2	17,5	Amortização da Dívida	71,6	87,7
Transferências de Capital	310,9	22,7			
Outras Receitas de Capital	0,0	0,0			
<b>RESULTADO ORÇAMENTÁRIO DE CAPITAL [II]-[V]</b>				<b>145,0</b>	<b>-86,0</b>
<b>RECEITA TOTAL [III]=[I]+[II]</b>	<b>10.391,7</b>	<b>8.692,7</b>	<b>DESPESA TOTAL [VI]=[IV]+[V]</b>	<b>8.539,1</b>	<b>7.375,5</b>
<b>RESULTADO ORÇAMENTÁRIO [III]-[VI]</b>				<b>1.852,6</b>	<b>1.317,1</b>

Fonte: RREO 1º E 2º BIMESTRES DE 2016 E 2017

Despesa Liquidada

Este resultado é consequência de uma diminuição maior na Receita Arrecadada, comparada à redução da Despesa Liquidada no período. Entre primeiro quadrimestre de 2016 e o homólogo de 2017, a Despesa Liquidada Total diminuiu R\$ 1,2 bilhão (13,6 %) e a Receita Arrecadada Total diminuiu R\$ 1,7 bilhão (16,3%).

A queda de 13,6% na Despesa Total Liquidada resultou da combinação de 1,1% de decréscimo nas Despesas Correntes, com 88,7% também de redução nas Despesas de Capital.

Em relação às Despesas Correntes, o principal motivo foi a redução de 15,7% (equivalente a R\$ 447 milhões) nas Outras Despesa Correntes. Em relação às Despesas de Capital, o destaque foram as reduções de 95,5% em Investimentos e de 98,0% em Inversões Financeiras (aproximadamente R\$ 1,0 bilhão e R\$ 54,4 milhões, respectivamente) - vide seção IV.1 Despesa por Categoria Econômica.

Pelo lado da Receita, os grupos que apresentaram maiores reduções foram: Operações de Crédito (R\$ 1,0 bilhão), Transferências de Capital (R\$ 288,1 milhões), Outras Receitas Correntes (R\$ 238,1 milhões) e as Receitas patrimoniais (R\$ 131,9 milhões).

## II.2) RESULTADO PRIMÁRIO

O Resultado Primário é a diferença entre a Receita Primária (Receita Total deduzida das Receitas Financeiras) e a Despesa Primária (Despesa Total deduzida das Despesas Financeiras) e, no 1º Quadrimestre de 2017, foi superavitário em R\$ 1,4 bilhão - levemente superior ao Resultado Orçamentário uma vez que são expurgadas, conforme demonstrado na Tabela III, as receitas de natureza financeira.

TABELA III - RESULTADO PRIMÁRIO

DESCRIÇÃO	Em R\$ Milhões		DESCRIÇÃO	Em R\$ Milhões	
	JANEIRO A ABRIL			JANEIRO A ABRIL	
	2016	2017		2016	2017
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>9.024,7</b>	<b>8.640,8</b>	<b>DESPESAS CORRENTES (VI)</b>	<b>7.317,1</b>	<b>7.237,7</b>
Receita Tributária	3.931,2	3.882,4	Pessoal e Encargos Sociais	4.309,5	4.653,5
Receita Contribuições	1.082,3	1.165,9	Juros e Encargos da Dívida	161,6	185,2
Receita Patrimonial	350,1	218,3	Outras Despesas Correntes	2.846,1	2.399,0
Receita Industrial	2,9	1,2			
Receita de Serviços	92,9	83,4			
Transfer. Correntes	2.775,6	2.738,1			
Outras Receitas Correntes	789,5	551,5			
<b>RECEITA DE CAPITAL (II)</b>	<b>1.367,0</b>	<b>51,8</b>	<b>DESPESAS DE CAPITAL (VII)</b>	<b>1.222,0</b>	<b>137,8</b>
Operações de Crédito	1.026,4	0,0	Investimentos	1.094,9	49,0
Alienação de Bens	1,6	11,5	Inversões Financeiras	55,5	1,1
Amortização de Empréstimos	28,2	17,5	Amortização da Dívida	71,6	87,7
Transferências de Capital	310,9	22,7			
Outras Receitas de Capital	0,0	0,0			
<b>RECEITA TOTAL (III)=(I)+(II)</b>	<b>10.391,7</b>	<b>8.692,7</b>	<b>DESPESA TOTAL (VIII)=(VI)+(VII)</b>	<b>8.539,1</b>	<b>7.375,5</b>
Rendimentos de Valores Mobiliários	262,0	105,1	Juros sobre a Dívida por Contrato	148,3	170,1
Juros de Empréstimos	15,6	12,6	Outros Encargos sobre a Dívida por Contrato	13,3	15,1
Operações de Crédito	1.026,4	0,0	Aquisição de Títulos de Capital já integralizado	0,0	0,0
Alienação de Bens	1,6	11,5	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	0,0	0,0
Amortização de Empréstimos	28,2	17,5	Principal da Dívida Contratual Resgatado	55,8	53,5
<b>RECEITAS FINANCEIRAS (IV)</b>	<b>1.333,7</b>	<b>146,9</b>	Principal da Dívida Mobiliária Resgatada	15,8	34,3
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (V)=(III)-(IV)</b>	<b>9.058,0</b>	<b>8.545,8</b>	<b>DESPESAS FINANCEIRAS (IX)</b>	<b>233,2</b>	<b>273,0</b>
			<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (X)=(VIII)-(IX)</b>	<b>8.305,9</b>	<b>7.102,6</b>
			<b>META FISCAL ANUAL</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>
			Meta de Resultado Primário Fixada no Anexo de	<b>-2.762,2</b>	<b>-1.381,4</b>
			Metas Fiscais		

Fonte: RREO 1º e 2º BIMESTRES DE 2016 E 2017

Lei Nº 6.122 de 29 de Dezembro de 2016(Lei Orçamentária para o Exercício Financeiro de 2017).

Despesa Liquidada

## II.3) RESULTADO NOMINAL

O Resultado Nominal foi negativo em R\$ 2,2 bilhões, o que representa um decréscimo de 16,8% no saldo da Dívida Fiscal Líquida em relação ao apurado no primeiro quadrimestre de 2016 - causado, basicamente, pelo recálculo da dívida do Município com a União (LC 148/2014).



TABELA IV - RESULTADO NOMINAL

Em R\$ Milhões

	EM 31/12/2016 [A]	EM 30/04/2017 [B]	Var. Absol. [B]-[A]	Var. % [B]/[A]
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA (I)</b>	<b>14.264,5</b>	<b>14.135,8</b>	<b>-128,7</b>	<b>0,0</b>
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>1.037,4</b>	<b>3.117,8</b>	<b>2.080,5</b>	<b>0,0</b>
ATIVO DISPONÍVEL	1.962,1	3.106,5	1.144,4	0,0
HAVERES FINANCEIROS	219,7	227,9	8,3	0,0
(-) RESTOS A PAGAR PROCESSADOS (Exceto Precatórios)	-1.144,3	-216,6	-927,7	0,0
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA [III]=[I]-[II]</b>	<b>13.227,1</b>	<b>11.018,0</b>	<b>-2.209,2</b>	<b>0,0</b>
PASSIVOS RECONHECIDOS [IV]	117,5	112,0	-5,5	0,0
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA [V]=[III]-[IV]</b>	<b>13.109,6</b>	<b>10.905,9</b>	<b>-2.203,7</b>	<b>0,0</b>
<b>RESULTADO NOMINAL EM 30/04/2016</b>			<b>-2.203,7</b>	
<b>META DE RESULTADO NOMINAL P/ O EXERCÍCIO EM 30/04/2017 (LOA 2017)</b>			<b>593,0</b>	

Fonte: RREO 1º E 2º BIMESTRES DE 2016 E 2017

Vale recordar que um resultado nominal positivo é considerado um déficit, isto é, um aumento do endividamento líquido do caixa e de haveres financeiros; enquanto que um resultado nominal negativo é considerado um superávit, ou seja, uma diminuição do endividamento líquido.

### III) RECEITA MUNICIPAL

Esta seção (Tabela V) apresenta os valores efetivamente arrecadados pelo Município no 1º quadrimestre.

TABELA V - RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS POR CATEGORIA ECONÔMICA E ORIGEM (TODAS AS FONTES DE RECURSOS)

Em R\$ milhões

DESCRIÇÃO	VALORES CORRENTES			
	JANEIRO A ABRIL			
	2016	2017	Var. Nominal	% Var. Nom.
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>9.024,7</b>	<b>8.640,8</b>	<b>-383,8</b>	<b>-4,3</b>
Receita Tributária	3.931,2	3.882,4	-48,8	-1,2
Receita de Contribuições	1.082,3	1.165,9	83,6	7,7
Receita Patrimonial	350,1	218,3	-131,9	-37,7
Receita Industrial	2,9	1,2	-1,7	-57,3
Receita de Serviços	92,9	83,4	-9,5	-10,2
Transferências Correntes	2.775,6	2.738,1	-37,5	-1,4
Outras Receitas Correntes	789,5	551,5	-238,1	-30,2
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>1.367,0</b>	<b>51,8</b>	<b>-1.315,2</b>	<b>-96,2</b>
Operações de Crédito	1.026,4	0,0	-1.026,3	-100,0
Alienação de Bens	1,6	11,5	10,0	640,1
Amortização de Empréstimos	28,2	17,5	-10,7	-38,0
Transferências de Capital	310,9	22,7	-288,1	-92,7
Outras Receitas de Capital	0,0	0,0	0,0	-
<b>RECEITA TOTAL</b>	<b>10.391,7</b>	<b>8.692,7</b>	<b>-1.699,0</b>	<b>-16,3</b>

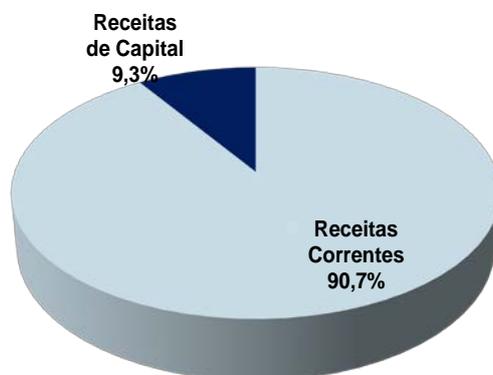
Fonte: RREO 1º E 2º BIMESTRES DE 2016 E 2017

#### Composição da Receita Total

A Receita Total é composta por Receitas Correntes e Receitas de Capital. No Gráfico I, pode-se verificar a composição da Receita Total, considerando as estimativas de receitas da Lei Orçamentária 2017.

GRÁFICO I - COMPOSIÇÃO DA RECEITA TOTAL POR CATEGORIAS ECONÔMICAS NO EXERCÍCIO 2017

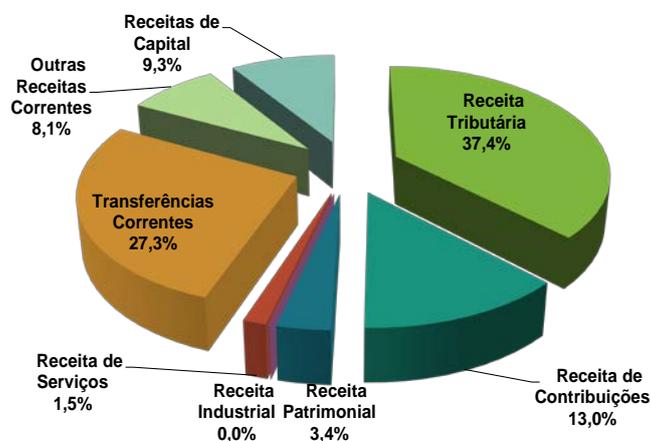
ESTIMATIVA DA LEI ORÇAMENTÁRIA (TODAS AS FONTES DE RECURSOS)



O Gráfico II apresenta uma maior desagregação da Receita Total prevista na Lei Orçamentária de 2017. As maiores participações cabem às Receitas Tributárias e às Transferências Correntes, que juntas representam 64,7%.

GRÁFICO II - COMPOSIÇÃO DA RECEITA TOTAL POR CATEGORIA ECONÔMICA E ORIGEM NO EXERCÍCIO 2017

ESTIMATIVA DA LEI ORÇAMENTÁRIA (TODAS AS FONTES DE RECURSOS)



### III. 1) RECEITAS CORRENTES

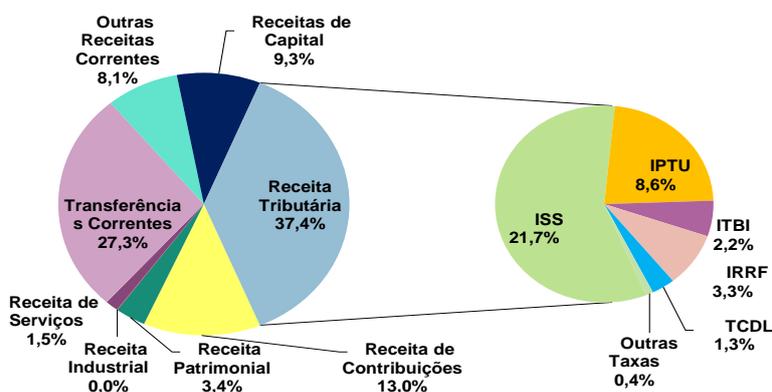
As Receitas Correntes compreendem a Receita Tributária, de Contribuições, Patrimonial, Industrial, de Serviços, Transferências Correntes e Outras Receitas Correntes, representando 90,7% da Receita Total.

As Receitas Correntes realizadas até o 1º Quadrimestre de 2017 atingiram R\$ 8,6 bilhões frente aos R\$ 9,0 bilhões arrecadados no mesmo período de 2016 - variação negativa de 4,3%. Impactaram nesse grupo as Outras Receitas Correntes e as Receitas Patrimoniais com redução de R\$ 238,1 milhões e R\$ 131,9 milhões, respectivamente.

### III.1.1) RECEITA TRIBUTÁRIA

O Gráfico III desagrega a composição percentual da Receita Tributária.

GRÁFICO III - COMPOSIÇÃO DA RECEITA TRIBUTÁRIA  
ESTIMATIVA DA LEI ORÇAMENTÁRIA 2017 (TODAS AS FONTES DE RECURSOS)



A tabela a seguir apresenta os valores dos componentes da Receita Tributária.

TABELA VI - RECEITA TRIBUTÁRIA POR CATEGORIA ECONÔMICA E ORIGEM (TODAS AS FONTES DE RECURSOS)

Em R\$ milhões

DESCRIÇÃO	VALORES CORRENTES			
	JANEIRO A ABRIL			
	2016	2017	Var. Nominal	% Var. Nom.
Receita Tributária	3.931,2	3.882,4	-48,8	-1,2
IPTU	1.319,8	1.432,2	112,4	8,5
IRRF	289,9	340,8	50,8	17,5
ITBI	174,3	166,8	-7,5	-4,3
ISS	1.893,8	1.669,2	-224,6	-11,9
TCDL	213,3	232,6	19,3	9,0
Outras Taxas	40,1	40,8	0,7	1,8

Fonte: RREO 1º E 2º BIMESTRES DE 2016 E 2017

#### III.1.1.1) IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS - ISS

A arrecadação de ISS atingiu R\$ 1,7 bilhão - redução de R\$ 224,6 milhões em relação ao 1º Quadrimestre de 2016. Este resultado reflete o cenário econômico nacional e estadual, cujos desempenhos vêm sendo marcados por praticamente três anos de recessão.

#### III.1.1.2) IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO - IPTU

No 1º Quadrimestre de 2017 o IPTU arrecadou R\$ 1,4 bilhão, R\$ 112,4 milhões a mais que em relação ao mesmo período do ano anterior (variação de 8,5%). Vale recordar que o IPTU reflete, basicamente, a inflação do ano anterior, que em 2016 foi de 6,6%.

### **III.1.1.3) IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE BENS IMÓVEIS - ITBI**

A arrecadação do ITBI atingiu R\$ 166,8 milhões no 1º Quadrimestre de 2017 frente aos R\$ 174,3 milhões do 1º Quadrimestre de 2016 (decréscimo de 4,3%). O ITBI é um imposto cujo comportamento espelha a dinâmica do mercado imobiliário e, como já vínhamos frisando, sua desaceleração reflete tanto o movimento de acomodação deste mercado após anos de forte valorização, quanto os efeitos do cenário macroeconômico adverso.

### **III.1.1.4) IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE**

O IRRF arrecadou R\$ 340,8 milhões no 1º Quadrimestre de 2017 contra R\$ 289,9 milhões no mesmo período de 2016, com variação de 17,5%. Essa receita compreende, principalmente, o recolhimento de imposto de renda sobre a folha de pagamento mensal do Poder Executivo.

### **III.1.2) TRANSFERÊNCIAS CORRENTES**

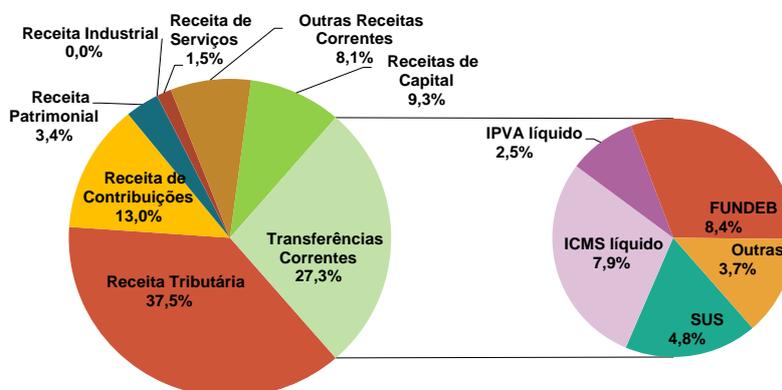
Maior participação na Receita Total depois da Receita Tributária, as Transferências Correntes contemplam os ingressos de recursos provenientes da União, do Estado e de convênios correntes, entre outros. A maior parte destas transferências é de natureza obrigatória (repartição constitucional de receitas tributárias entre os entes da federação), sendo as transferências de natureza voluntária (e.g. convênios) menos expressivas em termos de arrecadação.

No caso dos repasses de tributos federais e estaduais, o comportamento das parcelas transferidas ao Município relaciona-se aos efeitos da atividade econômica sobre a arrecadação de tais entes (Estado do Rio de Janeiro e União), além de critérios específicos de repasse.

Cabe ressaltar que o nível de arrecadação própria do Município do Rio de Janeiro desconcentra receita e fornece graus de liberdade adicionais ao manejo orçamentário, como se pode observar no Gráfico IV a seguir.

GRÁFICO IV - COMPOSIÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

ESTIMATIVA DA LEI ORÇAMENTÁRIA 2017 (TODAS AS FONTES DE RECURSOS)



As Transferências Correntes totalizaram R\$ 2,7 bilhões no 1º Quadrimestre de 2017 - decréscimo de 1,4%.

TABELA VII - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES POR CATEGORIA ECONÔMICA E ORIGEM (TODAS AS FONTES DE RECURSOS)

Em R\$ milhões

DESCRIÇÃO	VALORES CORRENTES			
	JANEIRO A ABRIL			
	2016	2017	Var. Nominal	Var. %
<b>Transfer. Correntes</b>	<b>2.775,6</b>	<b>2.738,1</b>	<b>-37,5</b>	<b>-1,4</b>
Intergovernamentais	2.732,4	2.708,3	-24,1	-0,9
FPM líquido	66,0	74,3	8,3	12,6
SUS	478,2	445,8	-32,4	-6,8
ICMS líquido	640,6	608,8	-31,8	-5,0
IPVA líquido	484,8	493,9	9,2	1,9
IPI-EXP líquido	15,4	11,7	-3,8	-24,4
Royalties	51,5	86,1	34,6	67,2
FUNDEB	803,0	813,4	10,4	1,3
Salário-Educação	142,6	135,1	-7,5	-5,3
Outras	50,3	39,1	-11,2	-22,2
Instituições Privadas	0,0	0,0	0,0	-
Exterior	0,0	0,0	0,0	-
Convênios	43,2	29,8	-13,4	-31,0

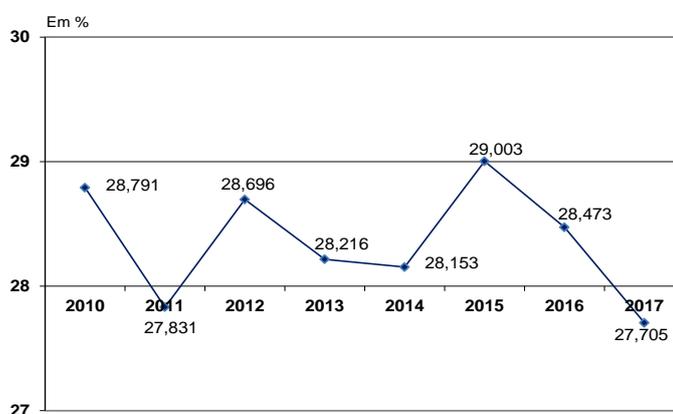
Fonte: RREO 1º E 2º BIMESTRES DE 2016 E 2017

A seguir, alguns comentários.

- **FPM** – A arrecadação do FPM - transferência da União composta por recursos do IPI e do Imposto de Renda - líquido da parcela do Município para composição do FUNDEB -, atingiu R\$ 74,3 milhões, contra R\$ 66,0 milhões arrecadados no 1º Quadrimestre de 2016 (aumento de 12,6%).
- **SUS** – A transferência de recursos do SUS está relacionada aos valores determinados pelo Ministério da Saúde para as diferentes especialidades, sendo ainda influenciada pelo número de leitos oferecidos pela rede municipal de hospitais, clínicas da família e UPAs. A transferência do SUS no 1º Quadrimestre de 2017 foi de R\$ 445,8 milhões, decréscimo de 6,8% em relação ao mesmo período de 2016.

- ICMS – A transferência estadual do ICMS, líquido da parcela do Município para composição do FUNDEB, alcançou R\$ 608,8 milhões no 1º Quadrimestre de 2017 - decréscimos de R\$ 31,8 milhões (5,0%).
- Vale a pena comentar que o Governo do Estado do Rio de Janeiro calcula, anualmente, o IPM (Índice de Participação do Município) para apurar o valor de repasse dos 25% da arrecadação do ICMS que caberá aos municípios fluminenses. No caso do Município do Rio de Janeiro, esses índices podem ser observados no Gráfico V.

GRÁFICO V - EVOLUÇÃO DO IPM DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO  
2010 A 2017



- ROYALTIES DO PETRÓLEO** – A transferência de Royalties do Petróleo atingiu R\$ 86,1 milhões, frente aos R\$ 51,5 milhões arrecadados no 1º quadrimestre de 2016 (retração de 67,2%). Cabe mencionar que a transferência de royalties do petróleo ao Município é função, basicamente, de fatores externos como a trajetória de preços do barril de petróleo, a taxa de câmbio e a produção física nos campos de extração em que o Município recebe tal participação.
- FUNDEB** – A receita de transferência do FUNDEB atingiu R\$ 813,4 milhões contra R\$ 803 milhões arrecadados no 1º quadrimestre de 2016 (crescimento de 1,3%). Compõem a base do FUNDEB as cotas-partes das transferências do FPM, ICMS, IPVA, IPI-Ex, Desoneração do ICMS nas Exportações – LC 87/96 (Lei Kandir), ITR, ITCM e FPE. O aumento nas receitas do FUNDEB está diretamente relacionado à trajetória de aumento da cobertura da rede municipal de educação, principalmente no que se refere aos Espaços de Desenvolvimento Infantil - EDI.
- SALÁRIO EDUCAÇÃO** – Totalizou no 1º quadrimestre de 2017 R\$ 135,1 milhões, enquanto que no mesmo período de 2016 foram arrecadados R\$ 142,6 milhões (retração de 5,3%).

### III.1.3) DEMAIS RECEITAS CORRENTES

#### III.1.3.1) RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES

No 1º quadrimestre de 2017, a Receita de Contribuições atingiu R\$ 1,2 bilhão (elevação de 7,7%). Esta receita, basicamente intraorçamentária, é composta por:

- **Contribuições Sociais** – Compreendem a Contribuição dos Servidores (alíquota de 11%) para o custeio do seu sistema próprio de previdência, a Contribuição Patronal (alíquota de 22%), a Contribuição Patronal Suplementar (Lei 5.300/2011) e os recursos aportados pelo Tesouro Municipal e pelos servidores para a formação do Fundo de Assistência à Saúde do Servidor - FASS.
- **Contribuições Econômicas** – Compreendem a Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública (COSIP), instituída pela Lei Nº 5.132 de 21 de dezembro de 2009, cobrada pela concessionária de distribuição de energia elétrica com base no consumo e repassada mensalmente ao Município. No 1º quadrimestre de 2017, as Contribuições Econômicas totalizaram R\$ 103,3 milhões, um crescimento de 9,3% sobre os R\$ 94,5 milhões do mesmo período de 2016.

#### III.1.3.2) RECEITA PATRIMONIAL

Atingiu R\$ 218,3 milhões, enquanto que no 1º quadrimestre de 2016 a arrecadação foi de R\$ 350,1 milhões (redução de 37,7%).

Esta receita é composta por:

- **Receitas de Valores Mobiliários** - Totalizaram R\$ 105,1 milhões contra R\$ 262,0 milhões no mesmo período de 2016 (queda de 59,9%).
- **Outras Receitas Patrimoniais** - A arrecadação destas receitas atingiu R\$ 113,1 milhões, enquanto que no mesmo período de 2016 foram arrecadados R\$ 88,2 milhões (aumento de 28,3%).

#### III.1.3.3) RECEITAS INDUSTRIAL E DE SERVIÇOS

As Receitas Industrial e de Serviços compreendem, majoritariamente, recursos diretamente arrecadados pela administração indireta (autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista). Juntas perfizeram R\$ 84,7 milhões, contra R\$ 95,8 milhões realizados no 1º quadrimestre de 2016 (diminuição de 11,6%). A maior parte destas receitas é de natureza intraorçamentária, ou seja, como valores pagos entre órgãos da Prefeitura pelo Tesouro Municipal pela prestação de serviços da administração indireta em unidades municipais (e.g. limpeza feita em escolas e unidades de saúde; serviços realizados pela imprensa oficial, entre outros).

### III.1.3.4) OUTRAS RECEITAS CORRENTES

Até o 1º Quadrimestre de 2017, foram arrecadados R\$ 551,5 milhões. Esse valor foi 30,2% menor que os R\$ 789,5 milhões arrecadados no mesmo período de 2016.

Na Tabela VIII, pode-se observar um avanço nos ingressos nas rubricas que compõem este item.

TABELA VIII - OUTRAS RECEITAS CORRENTES POR CATEGORIA ECONÔMICA E ORIGEM (TODAS AS FONTES DE RECURSOS)  
Em R\$ milhões

DESCRIÇÃO	VALORES CORRENTES			
	JANEIRO A ABRIL			
	2016	2017	Var. Nominal	Var. %
<b>Outras Receitas Correntes</b>	<b>789,5</b>	<b>551,5</b>	<b>-238,1</b>	<b>-30,2%</b>
Multas e Juros de Mora	167,7	178,5	10,8	6,4%
Indenizações e Restituições	52,7	54,5	1,8	3,4%
Dívida Ativa	83,6	68,9	-14,7	-17,6%
Receitas Diversas	485,5	249,5	-236,0	-48,6%

Fonte: RREO 1º E 2º BIMESTRES DE 2016 E 2017

Cabe ressaltar que, no exercício atual, o desempenho de Outras Receitas Correntes foi impactado, principalmente, pelo aumento na arrecadação das Receitas Diversas.

- **Multas e Juros de Mora** - Este grupo inclui multas e moras sobre débitos em fase administrativa (SMF) e também em fase de cobrança de dívida ativa pela Procuradoria Geral do Município. Importa destacar o aumento da arrecadação de Multas e Juros de Mora: de R\$ 167,7 milhões para R\$ 178,5 milhões no 1º quadrimestre de 2017 (6,4%);
- **Dívida Ativa** - Foram arrecadados R\$ 69,0 milhões no 1º quadrimestre de 2017, frente aos R\$ 83,6 milhões arrecadados no mesmo período do ano anterior, diminuição de 17,6%. Destaque-se que esta rubrica não inclui as multas e juros de mora cobrados juntamente com o principal de débitos já inscritos em dívida ativa.
- **Receitas Diversas** - Totalizaram R\$ 249,5 milhões no 1º Quadrimestre de 2017 contra R\$ 485,5 milhões no mesmo período de 2016 (redução de 48,6%). Nas Receitas Diversas, o principal impacto ficou por conta da suspensão na liberação de depósitos judiciais tributários, reduzindo a receita em R\$ 236,0 milhões.

### III.2) RECEITAS DE CAPITAL

As Receitas de Capital (vide Tabela V) atingiram R\$ 51,8 milhões contra R\$ 1,4 bilhão arrecadados no mesmo período de 2016 (queda de 96,2%). Estas receitas compreendem as receitas de Operações de Crédito, Alienação de Bens, Amortização de Empréstimos, Transferências de Capital e Outras Receitas de Capital.

### **III.2.1) OPERAÇÕES DE CRÉDITO**

As Operações de Crédito no 1º quadrimestre de 2017 totalizaram apenas R\$ 39,7 mil, em contraste com o R\$ 1,0 bilhão arrecadado em igual período de 2016.

### **III.2.2) ALIENAÇÃO DE BENS**

A receita de Alienação de Bens foi de R\$ 11,5 milhões no 1º quadrimestre de 2017, 640,1% acima do R\$ 1,6 milhão arrecadado no mesmo período de 2016. Esta rubrica tende a apresentar elevada volatilidade uma vez que depende de oportunidades e condições de mercado.

### **III.2.3) AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS**

A receita de Amortização de Empréstimos foi de R\$ 17,5 milhões, 38,0% abaixo dos R\$ 28,2 milhões arrecadados no 1º quadrimestre de 2016. Essas receitas referem-se predominantemente a recursos do Previ-Rio provenientes do retorno de empréstimos de financiamentos imobiliários concedidos a servidores.

### **III.2.4) TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL**

O montante arrecadado foi de R\$ 22,7 milhões - 92,7 % abaixo dos R\$ 310,8 milhões arrecadados no mesmo período do ano anterior.

## **IV) DESPESA MUNICIPAL**

### **IV.1) DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA**

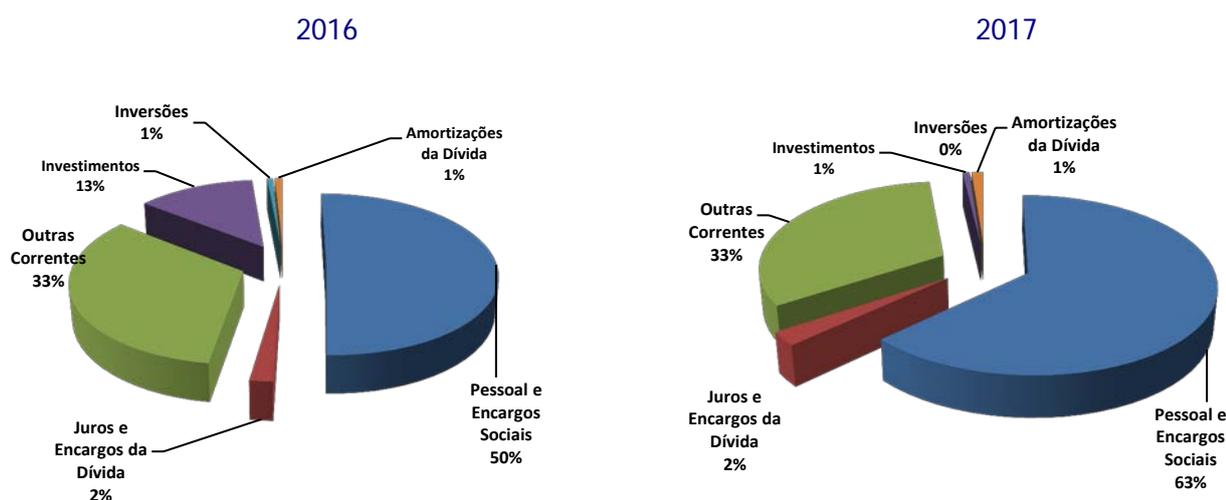
A Tabela abaixo apresenta a execução orçamentária do 1º quadrimestre de 2017, e o gráfico seguinte mostra a participação de cada grupo de despesa no total liquidado nesse período.

TABELA IX - DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS POR CATEGORIA ECONÔMICA  
1º QUADRIMESTRE DE 2016 E 2017 (TODAS AS FONTES DE RECURSOS)

Categoria / Grupo	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 1º Quadrimestre			
	2016 (A)	2017 (B)	Var. Nominal (B)-(A)	Var. % (B)/(A)
	Totais :	8.539,1	7.375,5	-1.163,6
<b>Despesas Correntes</b>	<b>7.317,1</b>	<b>7.237,7</b>	<b>-79,4</b>	<b>-1,1%</b>
Pessoal e Encargos Sociais	4.309,5	4.653,5	344,0	8,0%
Juros e Encargos da Dívida	161,6	185,2	23,7	14,7%
Outras Correntes	2.846,1	2.399,0	-447,1	-15,7%
<b>Despesas de Capital</b>	<b>1.222,0</b>	<b>137,8</b>	<b>-1.084,2</b>	<b>-88,7%</b>
Investimentos	1.094,9	49,0	-1.045,9	-95,5%
Inversões	55,5	1,1	-54,4	-98,0%
Amortizações da Dívida	71,6	87,7	16,1	22,5%

Fonte: Balanço Orçamentário (RREO - Anexo I)

GRÁFICO VI - PARTICIPAÇÃO DE CADA GRUPO DE DESPESA NO TOTAL LIQUIDADO NO 1º QUADRIMESTRE (TODAS AS FONTES DE RECURSOS)



O total liquidado no 1º quadrimestre de 2017 foi de R\$ 7,4 bilhões, 13,6% abaixo do valor total liquidado no mesmo período de 2016. Esta variação de R\$ 1,2 bilhão ocorreu, principalmente, em razão da diminuição das Despesas de Capital.

A seguir, alguns comentários sobre a variação do valor liquidado no mesmo período dos 2 exercícios, por grupo de despesa.

Apesar da queda de 1,1% no total das Despesas Correntes, a Despesa de Pessoal e Encargos Sociais sofreu um aumento de R\$ 343,9 milhões, correspondendo a aproximadamente 8%. A alteração ocorreu devido ao crescimento natural decorrente de reajustes concedidos em anos anteriores e crescimento vegetativo.

Em relação aos Juros e Encargos da Dívida, observa-se um crescimento de R\$ 23,7 milhões (14,7%) em relação a 2016, devido às fontes de recursos externas captadas para fazer frente aos investimentos de infraestrutura urbana e em equipamentos que atenderam os grandes eventos realizados nos últimos anos - vide seção VI.2 Dívida Financeira.

Em relação às Outras Despesas Correntes, houve um decréscimo de 15,7% no período, o que equivale a R\$ 447,1 milhões, concentrados nas despesas de custeio. Esse fenômeno se deveu ao forte ajuste fiscal em curso, como resposta ao pronunciado impacto negativo da recessão sobre as receitas municipais.

No tocante às Despesas de Capital, no grupo de Investimentos, observa-se um decréscimo de 88,7% quando comparado a 2016. Destacam-se as quedas nos gastos com Obras e Instalações, Equipamentos e Material Permanente e Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica) explicadas pelo fim dos eventos ocorridos nos últimos anos.

Nas Inversões Financeiras, houve um decréscimo de R\$ 54,4 milhões (98%) no 1º quadrimestre de 2017 em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse recuo refere-se à diminuição do ritmo do aporte de capital na Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro - CDURP (Porto Maravilha).

Quanto ao grupo Amortização da Dívida, observa-se um aumento de 22,5%, variando de R\$ 71,6 milhões liquidados no 1º quadrimestre de 2016 para R\$ 87,7 milhões - vide seção VI.2 Dívida Financeira.

## **IV.2) DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO**

Pela Tabela a seguir, verifica-se que as áreas de Saúde e Educação representam, ao final do 1º quadrimestre, 47,% das liquidações de despesas orçamentárias. Outra função que apresentou participação expressiva na composição dos gastos foi a de Previdência Social com cerca de 22%.



TABELA X - DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS POR FUNÇÃO DE GOVERNO  
1º Quadrimestre de 2017 - (TODAS AS FONTES DE RECURSOS)

Em R\$ Milhões

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 1º Quadrimestre		
FUNÇÃO	Liquidado	Composição
EDUCACAO	1.852,2	25,11%
SAUDE	1.621,0	21,98%
PREVIDENCIA SOCIAL	1.353,3	18,35%
ADMINISTRACAO	611,6	8,29%
URBANISMO	563,9	7,65%
ENCARGOS ESPECIAIS	499,4	6,77%
LEGISLATIVA	194,1	2,63%
ASSISTENCIA SOCIAL	160,8	2,18%
SANEAMENTO	160,3	2,17%
SEGURANCA PUBLICA	158,8	2,15%
TRANSPORTE	59,8	0,81%
CULTURA	43,6	0,59%
JUDICIARIA	33,4	0,45%
GESTAO AMBIENTAL	26,4	0,36%
COMERCIO E SERVICOS	21,6	0,29%
HABITACAO	9,2	0,13%
TRABALHO	2,2	0,03%
INDUSTRIA	2,1	0,03%
DESPORTO E LAZER	1,4	0,02%
DIREITOS DA CIDADANIA	0,2	0,00%
CIENCIA E TECNOLOGIA	0,0	0,00%
<b>Total Liquidado</b>	<b>7.375,5</b>	<b>100,00%</b>

Ressalta-se que a classificação das despesas por função de governo, demonstrada no quadro acima, não guarda relação direta com a aplicação dos preceitos constitucionais de aplicação obrigatória de recursos em Educação (25%) e Saúde (15%), cujos cálculos baseiam-se na comparação de gastos nestas áreas com rubricas específicas de Receitas, não refletidos nessa Tabela.

## V) CAPTAÇÃO DE RECURSOS

### V.1) RECURSOS EXTERNOS - OPERAÇÕES DE CRÉDITO E REPASSE

Em fevereiro do ano corrente houve contratação de operação de crédito no valor de R\$ 15,5 Milhões, trata-se da 2ª Fase da Etapa 2 do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros - PNAFM, que propõe investimentos no datacenter da IPLANRIO, em infraestrutura de hardware para o sistema GICOF, implantação de salas de videoconferência e em capacitação dos servidores municipais, através do programa Líderes Cariocas.



TABELA XI - TOTAL DAS CONTRATAÇÕES EFETIVADAS NO 1º QUADRIMESTRE 2017

MOBILIDADE URBANA	USOS E FONTES			REALIZADO EM 2017			REALIZADO ACUMULADO			Em R\$ mil
	PCRJ	EXTERNO	TOTAL	PCRJ	EXTERNO	TOTAL	PCRJ	EXTERNO	TOTAL	
PNAFM 2 - 2ª Etapa	1.556	14.000	15.556	0	0	0	0	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>1.556</b>	<b>14.000</b>	<b>15.556</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Fonte: F/ACR.

A tabela, a seguir, apresenta resumidamente, a situação dos contratos externos em andamento, no Município do Rio de Janeiro.

TABELA XII - TOTAL DAS OPERAÇÕES EM ANDAMENTO

Modalidade	USOS E FONTES			REALIZADO EM 2017			REALIZADO ACUMULADO			Em R\$ mil
	PCRJ	EXTERNO	TOTAL	PCRJ	EXTERNO	TOTAL	PCRJ	EXTERNO	TOTAL	
PAC I - OGU 2007/08/09	88.424	483.315	571.739	0	0	0	86.194	466.895	553.090	
Repassse PAC II - OGU 2011/12/13/14	113.726	2.913.878	3.027.603	0	21.149	21.149	0	2.158.838	2.158.838	
CTs de Repasse	77	7.571	7.647	0	0	0	0	0	0	
	<b>202.226</b>	<b>3.404.763</b>	<b>3.606.989</b>	<b>0</b>	<b>21.149</b>	<b>21.149</b>	<b>86.194</b>	<b>2.625.734</b>	<b>2.711.928</b>	
PAC FGTS - CEF	409.839	994.536	1.404.374	5	56	61	345.723	685.478	1.031.201	
Empréstimo PAC MOBILIDADE	1.418.109	7.091.389	8.509.499	40.541	66.400	106.941	1.252.537	6.149.950	7.402.487	
PROAP III - BID	488.775	488.775	977.550	0	5.572	5.572	144.416	212.362	356.778	
RIO DE EXCELENCIA - BIRD	36.774	52.577	89.351	0	0	0	37.061	5.052	42.113	
	<b>2.353.497</b>	<b>8.627.277</b>	<b>10.980.774</b>	<b>40.546</b>	<b>72.028</b>	<b>112.574</b>	<b>1.779.737</b>	<b>7.052.842</b>	<b>8.832.579</b>	
<b>TOTAL</b>	<b>2.555.723</b>	<b>12.032.040</b>	<b>14.587.764</b>	<b>40.546</b>	<b>93.177</b>	<b>133.723</b>	<b>1.865.931</b>	<b>9.678.576</b>	<b>11.544.507</b>	

Fonte: F/ACR.

As tabelas com os detalhes da destinação dos recursos encontram-se em anexo ao final deste documento.

## VI) ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DE CAIXA E DÍVIDA

### VI.1) APLICAÇÃO FINANCEIRA DO CAIXA

Neste primeiro quadrimestre do ano o Tesouro Municipal manteve aplicações financeiras do caixa da Administração Direta em fundos de investimentos exclusivos (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal). São mantidos, ainda, depósitos em poupança em bancos públicos federais para alguns casos de recursos transferidos de outros entes (Estado e União) em que há aplicação obrigatória nesta modalidade.

Os recursos financeiros das empresas, autarquias e fundações com tesouraria própria são administrados pelas Diretorias Financeiras de cada entidade, sendo determinada a aplicação nos fundos de investimentos utilizados pelo Tesouro Municipal ou em produtos de mesmo risco de crédito. Por seu turno, as entidades administradas pelo Previ-Rio (incluindo Funprevi e FASS) possuem política de investimento própria, aprovada pelo seu Conselho de Administração, dada a

especificidade do setor previdenciário, que possui regulamentação específica e previsão de independência da gestão em relação ao patrocinador.

O total de receita financeira apurada pelo Município nos quatro primeiros meses de 2017 foi de R\$ 105,1 milhões (59,9% menor do que igual período de 2016), sendo R\$ 100,1 milhões apurados pela Administração Direta e R\$ 5,0 milhões pela Administração Indireta (incluindo R\$ 2,4 milhões das entidades previdenciárias).

A carteira total de ativos do Tesouro (Administração Direta), excetuando as aplicações em poupança, está concentrada em ativos de curto prazo, e apresentou uma rentabilidade média ponderada pelos saldos diários de 99,30% da Selic em 2017, enquanto que em 2016 foi de 99,89% da Selic, e os saldos médios aplicados foram de R\$ 2.089,8 milhões em 2017 e de R\$ 4.166,3 milhões em 2016.

Os fundos de investimentos exclusivos da Prefeitura, administrados por instituições oficiais líderes no mercado de administração de recursos (BB e CEF), registraram uma rentabilidade média ponderada pelos saldos diários de 99,41% da SELIC, enquanto que no mesmo período de 2016 foi de 100,38% da SELIC. Estes fundos possuem no seu patrimônio líquido, além dos recursos da Administração Direta, os recursos da maioria das entidades da Administração Indireta e da Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Ressalta-se que os saldos médios destas aplicações no período foram de R\$ 2,1 bilhões, enquanto que no mesmo período de 2016 foi de R\$ 3,8 bilhões, representando um decréscimo de 45,2%. Tal fato explica a redução da rentabilidade, tanto de forma nominal como proporcional, pois esses fundos exclusivos possuem taxa de administração escalonada de acordo com o patrimônio do fundo, ou seja, quanto maior o saldo aplicado menor a taxa de administração e, por conseguinte, maior a rentabilidade.

Outro fato que contribuiu para a redução da receita financeira foi a média da taxa Selic em 2017 (12,45% aa) que foi consideravelmente menor do que em 2016 (14,15% aa), dada a Política Monetária do Banco Central.

A política de investimentos do Município está normatizada por meio da Resolução SMF nº 2.672/2011.

## **VI.2) DÍVIDA FINANCEIRA**

A dívida bruta financeira atingiu R\$ 11,7 bilhões, distribuídos pelos credores abaixo:



TABELA XIII - ESTOQUE DA DÍVIDA BRUTA FINANCEIRA

Credor	Saldo em R\$ Mil (30/04/2017)	Encargos Médios Anuais (1)	Último vencimento
União em R\$ (1 contrato)	752.675	IPCA + 4,01%	2029
Banco Mundial- DPL(1 contrato)	3.225.578	US\$ + 3,62%	2040
BNDES (4 contratos)	4.036.599	URTJLP + 7,31%	2031
BNDES (3 contratos)	1.219.838	UMIPCA + 8,75%	2024
CEF (40 contratos)	1.652.537	UPR + 8,45%	2038
União em US\$ (2 contratos)	78.954	US\$ + 4,45%	2024
CEF/União em US\$ (1 contrato)	66.158	US\$ + 2,44%	2029
BID (4 contratos)	658.114	US\$ + 3,74%	2037
Banco Mundial (1 contrato)	10.933	US\$ + 1,61%	2033
<b>Total (57 contratos)</b>	<b>11.701.386</b>	<b>Taxa de Juros Média = 6,14%</b>	<b>Duration = 7 anos</b>

(1) Os Encargos Médios incluem os indexadores nominais, taxa de juros, comissões e encargos de risco de crédito.

Ao longo deste e dos próximos exercícios ocorrerão liberações de recursos de operações de crédito complementares dos financiamentos já assinados na data deste relatório, num montante total aproximado de R\$ 1,6 bilhão - a serem agregados ao montante da dívida bruta financeira. Este montante inclui saldos a receber para as obras de urbanização popular, de macrodrenagem e saneamento de Jacarepaguá e Santa Cruz e dragagem de rios (Rio Joana) na região do Maracanã (CEF - total de R\$ 317 milhões); US\$ 73,0 milhões do Programa de Urbanização apoiado pelo contrato do BID; US\$ 12,8 milhões do Programa Rio de Excelência assinado com o BIRD; R\$ 493 milhões para o corredor de transportes TransBrasil do financiamento com a CEF; Programa Pró-Transporte (CEF - R\$ 200 milhões); Programa Estruturador de Transporte Urbano - 2ª complementação (BNDES - R\$ 232 milhões). Em dez/2016 foi assinado com o BNDES o financiamento da 4ª etapa do Programa de Modernização da Adm. Tributária - PMAT IV, no montante de R\$ 45,2 milhões, e em fev/2017 foi assinado o financiamento da complementação do Programa Nacional de Apoio a Gestão Adm. e Fiscal dos Município - PNAFM II, no montante de US\$ 4,4 milhões.

Conforme demonstrado pela tabela abaixo, o Município cumpre com folga os limites de endividamento da LRF e da MP 2185-35 (Refinanciamento de Dívida Municipal com a União). Cabe salientar que a redução dos percentuais desde dez-2016, refere-se aos efeitos da LC 148/2014 e LC 151/2015, regulamentadas pelo Decreto Federal 8.616/2015, que reduziu o estoque da dívida com a União em aproximadamente R\$ 6,7 bilhões.



TABELA XIV - INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO

Ato	Indicador	Limite	MRJ 2016	MRJ Abr-2017
Resolução Senado 40/2001	Dívida Consolidada Líquida / Receita Corrente Líquida (RCL) anual	120%	64,73%	55,11%
Resolução Senado 43/2001	Média do serviço anual da dívida até 2027 / RCL anual	11,5%	6,93%	7,51%
MP 2185-35	Dívida Contratual Bruta total / Receita Líquida Real (RLR) anual	100%	75%	76%

A tabela a seguir apresenta os ratings conferidos pelas três principais agências internacionais de classificação de risco para o governo federal e para os governos subnacionais do país ao final do primeiro quadrimestre de 2017<sup>1</sup>. A folga nos limites legais de endividamento vista na tabela acima não foi suficiente para que o Município mantivesse o investment grade por todas as principais agências de rating, pois as condições macroeconômicas do país e a respectiva retirada do Grau de Investimento da União pesaram negativamente.

No entanto, deve-se destacar uma informação importante que consta no relatório de avaliação da Standard & Poor's (S&P): "O rating BB da Cidade do Rio é dois degraus abaixo de seu perfil de crédito individual (SACP, em inglês) avaliado em bbb-. O SACP não é um rating, mas um meio de avaliar a qualidade de crédito intrínseca baseando-se na premissa de que não há nenhum limite por parte do soberano. Consideramos que o perfil de crédito da Cidade do Rio é mais forte que o de seus pares nacionais." Assim, pela avaliação SACP, o Município do Rio, ao final do 1º quadrimestre de 2017, ainda seria Investment Grade, uma vez que a classificação mínima para o investment grade pela S&P é BBB-.

TABELA XV - RATINGS DE GOVERNOS NO BRASIL (ESCALA INTERNACIONAL)

FITCH	MOODY'S	STANDARD AND POOR'S
BB: União, Mun. RJ, Mun. SP, Est SP, PR, SC BB-: Est. MA C: Est. RJ	Ba2: União, Mun. RJ e Estado SP Ba3: BH, Estados do PR, MA e MG	BB: União, Mun. RJ e Estados SP, SC BB-: MG CCC-: RJ

Fonte: Websites das respectivas agências. Os níveis mínimos para classificação de Grau de Investimento são BBB- (Fitch e Standard and Poor's) e Baa3 (Moody's).

## VII) GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

A Superintendência de Patrimônio Imobiliário, da Secretaria Municipal de Fazenda, realiza a administração do patrimônio imobiliário da administração direta (não incluindo os imóveis do

<sup>1</sup> Para a classificação atual conferida pelas agências de rating consultar: <http://prefeitura.rio/web/smf/relacoes-com-investidores>

FUNPREVI e PREVIRIO)<sup>2</sup>, sendo responsável pela cobrança das receitas provenientes de sua utilização, bem como pela seleção e promoção das alienações autorizadas em leis específicas.

Em termos da arrecadação, os principais destaques são:

**Alienação de Bens** – Receita obtida com a venda de imóveis e investidas. A arrecadação atingida no quadrimestre foi de R\$ 11,53 milhões, frente a R\$ 1,7 milhões no mesmo período do exercício de 2016 (valor atualizado pelo IPCA-E). Destaca-se a quitação integral da alienação do imóvel sito à Rua Engenheiro Mário Fernandes Guedes - Barra da Tijuca, no valor de R\$ 8,52 milhões, cujo pagamento ocorreu em abril.

**Outras Receitas Patrimoniais** – Grupo composto por receitas provenientes de aluguéis, foros, laudêmios, concessões e permissões de uso, etc. A arrecadação atingiu o montante de R\$ 89,77 milhões no quadrimestre, frente a R\$ 69,70 milhões no mesmo período do exercício de 2016 (valor atualizado pelo IPCA-E), o que representa um acréscimo real de 28,8%. Houve impacto significativo da arrecadação oriunda dos contratos de mobiliário urbano: R\$ 61,07 milhões (1º Quad. 2017) contra R\$ 39,43 milhões (1º Quad. 2016 - valor atualizado).

## VIII) CONCLUSÃO

A situação fiscal da Prefeitura do Rio de Janeiro no primeiro quadrimestre de 2017 reflete a continuidade do cenário recessivo que se prolonga há praticamente três anos, com acentuada queda do PIB real per capita e de acentuada elevação da taxa de desemprego. A arrecadação de impostos ligados à atividade econômica e as transferências constitucionais vindas das demais esferas de governo (União e estado do Rio de Janeiro), também dependentes em boa medida do desempenho econômico, continuam apresentando marcadas desacelerações e reduções.

Pelo lado da despesa, o que se observa é a resposta do executivo municipal a este cenário recessivo, consubstanciado em forte ajuste nas despesas de custeio, dada a elevação inercial que ainda se observa nas despesas de pessoal - que refletem aumentos reais concedidos em anos anteriores.

Isto posto, mesmo diante da redução das despesas de custeio, o município segue com estreita margem de manobra orçamentária ao longo do ano, com sua posição fiscal bastante pressionada.

<sup>2</sup> Os valores reportados nas tabelas deste relatório se referem ao total patrimônio imobiliário do Município.



## ANEXO

Tabela I - PAC I e II

Em R\$ mil

PAC I - OGU CEF 2007/2008/2009	USOS E FONTES			REALIZADO EM 2017			REALIZADO ACUMULADO		
	PCRJ	EXTERNO	TOTAL	PCRJ	EXTERNO	TOTAL	PCRJ	EXTERNO	TOTAL
<i>Urbanização de Áreas</i>									
Complexo da Tijuca - <i>concluído</i>	12.891	54.499	67.391	0	0	0	12.891	54.499	67.391
Colônia Juliano Moreira	27.159	82.000	109.159	0	0	0	26.756	79.343	106.099
SOEICON/Centro I/II - <i>concluído</i>	3.133	9.533	12.665	0	0	0	3.133	9.533	12.665
Complexo de Manguinhos	15.125	83.120	98.245	0	0	0	15.110	80.977	96.086
Complexo do Alemão	18.186	93.297	111.484	0	0	0	18.183	91.318	109.501
Vila Catiri - FNHIS - <i>concluído</i>	627	2.921	3.548	0	0	0	627	2.921	3.548
Fazenda Coqueiros-FNHIS	201	2.243	2.443	0	0	0	201	2.243	2.443
Tijuca -FNHIS	3.908	25.868	29.776	0	0	0	2.099	16.228	18.327
<b>SUB-TOTAL Urbanização de Áreas</b>	<b>81.230</b>	<b>353.481</b>	<b>434.710</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>79.000</b>	<b>337.061</b>	<b>416.061</b>
<i>Saneamento</i>									
Sepetiba - <i>concluído</i>	2.508	13.992	16.500	0	0	0	2.508	13.992	16.500
Lote 1A Jacarepaguá - <i>concluído</i>	4.687	115.842	120.528	0	0	0	4.687	115.842	120.528
<b>SUB-TOTAL Saneamento</b>	<b>7.194</b>	<b>129.834</b>	<b>137.028</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>7.194</b>	<b>129.834</b>	<b>137.029</b>
<b>TOTAL PAC I - OGU</b>	<b>88.424</b>	<b>483.315</b>	<b>571.739</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>86.194</b>	<b>466.895</b>	<b>553.090</b>

Em R\$ mil

PAC II - OGU CEF 2011/2012/2013/2014	USOS E FONTES			REALIZADO EM 2017			REALIZADO ACUMULADO		
	PCRJ	EXTERNO	TOTAL	PCRJ	EXTERNO	TOTAL	PCRJ	EXTERNO	TOTAL
Canal Mangue/Trapicheiro	22.675	141.720	164.395	0	0	0		15.826	15.826
Contenção Encostas 2011	1.870	71.541	73.411	0	0	0		60.821	60.821
Morro da Providência - <i>concluído</i>	34.919	48.256	83.175	0	0	0		48.256	48.256
Chapadão/Chico Mendes	54.262	43.671	97.933	0	0	0		23.259	23.259
Cont. Encostas Centro/Tijuca 2012	0	96.474	96.474	0	0	0		8.544	8.544
Cont. Encostas Zona Norte 2012	0	123.756	123.756	0	0	0		241	241
Cont. Encostas Alemão/Penha 2012	0	83.490	83.490	0	489	489		13.604	13.604
Cont. Encostas Zona Oeste 2012	0	45.432	45.432	0	0	0	0	141	141
Obras Implantação do VLT Centro *	0	532.000	532.000	0	15.023	15.023	0	437.273	437.273
PAC Olímpico - Ginásio Handebol	0	147.710	147.710	0	0	0	0	147.838	147.838
PAC Olímpico - Centro de Tênis	0	215.551	215.551	0	0	0	0	216.290	216.290
PAC Olímpico - Velódromo	0	150.033	150.033	0	0	0	0	134.470	134.470
PAC Olímpico - Estádio Aquático	0	207.119	207.119	0	0	0	0	226.422	226.422
PAC Olímpico - Deodoro (Área Norte)	0	719.709	719.709	0	0	0	0	640.137	640.137
PAC Olímpico - Deodoro (Área Sul)	0	171.669	171.669	0	0	0	0	131.006	131.006
PAC Olímpico - Deodoro (Domínio Urbano)	0	54.712	54.712	0	5.637	5.637	0	54.711	54.711
PAC/Mcidades - Proj Transbrasil Fase 2	0	30.660	30.660	0	0	0	0	0	0
PAC/Mcidades - Projeto BRT Ligação B	0	19.173	19.173	0	0	0	0	0	0
PAC IPHAN-Cidades Históricas-Bairro Serrado	0	7.207	7.207	0	0	0	0	0	0
PAC IPHAN-Cidades Históricas-Lapa Legal	0	3.993	3.993	0	0	0	0	0	0
<b>TOTAL PAC II - OGU</b>	<b>113.726</b>	<b>2.913.878</b>	<b>3.027.603</b>	<b>0</b>	<b>21.149</b>	<b>21.149</b>	<b>0</b>	<b>2.158.838</b>	<b>2.158.838</b>

\* O valor refere-se apenas à parcela da União. A parcela correspondente à iniciativa privada na PPP do VLT foi excluída da totalização.

Fonte: F/ACR.



Tabela II - CONTRATOS DE REPASSE

Em R\$ mil

OGU	USOS E FONTES			REALIZADO EM 2017			REALIZADO ACUMULADO		
	PCRJ	EXTERNO	TOTAL	PCRJ	EXTERNO	TOTAL	PCRJ	EXTERNO	TOTAL
CRAS - Reforma Centro	4	411	415	0	0	0	0	0	0
CRAS - Reforma Paciência	4	419	423	0	0	0	0	0	0
CRAS - Reforma C.Grande	4	391	395	0	0	0	0	0	0
CRAS - Reforma Grajaú	4	439	443	0	0	0	0	0	0
CRAS - Reforma I.Gov.	3	341	344	0	0	0	0	0	0
CRAS - Construção Sta.Cruz	6	590	596	0	0	0	0	0	0
CREAS - Construção Sta.Cruz	5	500	505	0	0	0	0	0	0
CREAS - Construção Pça. Seca	6	600	606	0	0	0	0	0	0
Revitalização de 4 Praças de interesse turístico- Centro, Urca e Copacabana	40	3.881	3.920	0	0	0	0	0	0
<b>SUB-TOTAL OGU Urbanização de Áreas</b>	<b>77</b>	<b>7.571</b>	<b>7.647</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Fonte: F/ACR.

Tabela III - CONTRATOS DE EMPRÉSTIMO

Em R\$ mil

PAC - FGTS CEF	USOS E FONTES			REALIZADO EM 2017			REALIZADO ACUMULADO		
	PCRJ	EXTERNO	TOTAL	PCRJ	EXTERNO	TOTAL	PCRJ	EXTERNO	TOTAL
<i>Urbanização de Áreas 2007/2008</i>									
Reg. Fundiária Fernão Cardim - <i>concluído</i>	23	445	468	0	0	0	23	445	468
A. Lima / S.Rodrigues	2.691	21.635	24.326	0	0	0	2.641	19.723	22.364
São Carlos	2.001	21.145	23.146	0	0	0	1.951	18.685	20.636
Nova Divineia e outros	1.583	16.678	18.262	0	0	0	1.409	12.539	13.948
Guarabu	4.688	27.885	32.573	0	0	0	4.531	26.971	31.502
Areal	1.306	5.464	6.770	0	0	0	1.276	5.311	6.587
Vila Esperança	1.447	15.083	16.530	0	0	0	970	9.524	10.494
Vila Rica de Irajá	2.275	22.292	24.567	0	0	0	2.048	18.297	20.345
João Lopes	933	5.325	6.258	0	0	0	878	4.966	5.844
Parque Alegria	410	7.796	8.206	0	0	0	391	5.136	5.526
Vila Catiri	1.102	8.639	9.741	0	0	0	1.091	7.930	9.021
<i>Urbanização de Áreas 2010/2011</i>									
Colônia Juliano Moreira	22.561	39.968	62.529	0	0	0	12.494	20.405	32.899
Babilônia e C Mangueira	30.272	39.824	70.096	0	2	2	30.272	19.754	50.026
Jardim do Amanhã - C Deus	7.813	35.872	43.685	0	0	0	2.034	9.092	11.126
Complexo do Alemão	17.408	59.989	77.396	0	0	0	11.492	39.601	51.093
Complexo de Manguinhos	8.473	29.862	38.336	0	0	0	1.747	4.347	6.094
Morro da Coroa	16.135	22.621	38.756	5	54	59	15.378	21.607	36.985
Comunidade Guarabu	8.068	19.439	27.507	0	0	0	6.760	14.307	21.067
<b>SUB-TOTAL Urbanização de Áreas</b>	<b>129.191</b>	<b>399.962</b>	<b>529.152</b>	<b>5</b>	<b>56</b>	<b>61</b>	<b>97.387</b>	<b>258.639</b>	<b>356.026</b>
<i>Saneamento 2007/2008</i>									
Parque Linear- Rio Acari - <i>concluído</i>	54.677	45.635	100.312	0	0	0	54.677	45.635	100.312
<i>Saneamento 2012/2011</i>									
Lotes 1B/ e 1C Jacarepaguá	40.388	198.493	238.881	0	0	0	28.781	140.937	169.717
Saneando Santa Cruz	73.456	207.246	280.701	0	0	0	47.557	130.635	178.192
Canal Mangue/Rio Joana	112.127	143.200	255.327	0	0	0	117.321	109.632	226.953
<b>SUBTOTAL Saneamento</b>	<b>280.648</b>	<b>594.574</b>	<b>875.222</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>248.336</b>	<b>426.839</b>	<b>675.175</b>
<b>TOTAL PAC - FGTS</b>	<b>409.839</b>	<b>994.536</b>	<b>1.404.374</b>	<b>5</b>	<b>56</b>	<b>61</b>	<b>345.723</b>	<b>685.478</b>	<b>1.031.201</b>

Fonte: F/ACR.



Tabela IV - PAC MOBILIDADE URBANA / OPERAÇÕES DE CRÉDITO BNDES e CEF

Em R\$ mil

MOBILIDADE URBANA	USOS E FONTES			REALIZADO EM 2017			REALIZADO ACUMULADO		
	PCRJ	EXTERNO	TOTAL	PCRJ	EXTERNO	TOTAL	PCRJ	EXTERNO	TOTAL
<i>PAC - COPA / BNDES 2010</i>									
BRT Corredor Trancarioca - BNDES - (concluído)	524.606	1.179.000	1.703.606	0	0	0	513.761	1.190.184	1.703.945
<i>BNDES-P. ESTRUTURADOR DE TRANSPORTE</i>									
Melhorias da Infraestrutura Viária e Urbana RJ, I e II, Suplemento e Reajustamento	664.187	4.315.389	4.979.577	40.541	66.400	106.941	607.360	4.056.294	4.663.654
<i>PRÓ-TRANSPORTE / CEF 2013</i>									
BRT Corredor Transbrasil	203.000	1.097.000	1.300.000	0	0	0	111.849	604.351	716.200
<i>PRÓ-TRANSPORTE / 2 ETAPA</i>									
Pav. Vias Sta. Cruz/Vala do Sangue	9.575	181.934	191.509	0	0	0	6.622	81.556	88.178
Pav. Vias em Sepetiba	2.940	55.857	58.797	0	0	0	2.340	42.696	45.036
Pav. Vias em Guaratiba	7.548	143.418	150.967	0	0	0	5.758	83.997	89.755
Pav. Vias no Bairro Maravilha	6.252	118.791	125.043	0	0	0	4.847	90.872	95.719
<b>TOTAL</b>	<b>1.418.109</b>	<b>7.091.389</b>	<b>8.509.499</b>	<b>40.541</b>	<b>66.400</b>	<b>106.941</b>	<b>1.252.537</b>	<b>6.149.950</b>	<b>7.402.487</b>

Fonte: F/ACR.